

 **SICOOB COOPSEF**

## Com outro resultado positivo, Sicoob Coopsef distribuirá R\$6,15 milhões em Sobras

Reunidos em AGO, os cooperados aprovaram por unanimidade as contas do exercício 2017 e decidiram sobre a distribuição das Sobras líquidas, recebendo mais aqueles que mais cooperaram com a Cooperativa. O prazo para requerer o recebimento em espécie termina no dia 30 de abril.

**Leia mais nas páginas 3 a 5**



**Cartão de Crédito Sicoobcard e Cheque Especial**  
são boas opções de financiamento de curto prazo no Sicoob Coopsef.

Procure se informar.

Página 6

# O sucesso de uma cooperativa é resultado da participação de todos



É muito gratificante para todos nós – dirigentes, funcionários e cooperados do Sicoob Coopsef – encerrarmos mais um exercício com um excelente resultado financeiro, levando em consideração principalmente a grave crise econômica, fiscal e política vivida pelo País. Vencemos desafios, seguimos oferecendo bons serviços e produtos e os cooperados reconhecendo novamente as vantagens de operar com a sua Cooperativa, concentraram suas operações e alavancaram o resultado, que retorna agora para todos, na forma de distribuição de Sobras.

Agradeço a todos aqueles que compareceram à Assembleia Geral Ordinária no início de fevereiro, conheceram e aprovaram as contas do exercício 2017 por unanimidade. Foi gratificante ver a comemoração dos associados pelo resultado bruto de R\$10,72 milhões obtido no ano passado. Da mesma forma foi a decisão dos presentes em aprovar que aqueles que mais contribuíram para o resultado final, no caso, os tomadores de empréstimos, serão os que mais irão receber na divisão das Sobras líquidas. Mas ganham também os que fizeram aplicações e usaram o Cheque Especial.

O ano de 2017 foi um período desafiador. Com o parcelamento dos salários dos servidores públicos pelo Governo do Estado a situação financeira ficou complicada, levando muitos cooperados a demandarem mais recursos da Cooperativa, sendo prontamente atendidos. E mais uma vez o sistema cooperativista demonstra ser a melhor alternativa para

enfrentar os problemas financeiros gerados por momentos de crise, como o atual.

É fator positivo para a economia a decisão do governo de reduzir a taxa Selic, mas isso acentuou a concorrência no mercado financeiro e gerou novo desafio para a Cooperativa. Mesmo trabalhando em desigualdade de condições com os grandes bancos, o Sicoob Coopsef conseguiu manter sua política de juros, oferecendo taxas que atenderam aos interesses de seus associados. E novamente obtivemos êxito, conforme comprova o resultado de 2017, maior do que o auferido no ano anterior.

Cabe-me ressaltar que o sucesso alcançado até agora tem a marca definitiva da participação de cada um dos associados. Uma cooperativa só se faz forte e se mantém sólida com a presença de seus cooperados. Prestígio o que é seu. Antes de fazer qualquer operação financeira, procure primeiro o Sicoob Coopsef, onde você já conta também com cartão de crédito. Trata-se de mais um produto com um custo muito menor que os de outros cartões oferecidos por instituições financeiras. Procure se informar.

Quero agradecer em meu nome e de todos os demais diretores, conselheiros e funcionários pela confiança depositada na administração da nossa Cooperativa. Estejam certos de que o trabalho aqui desenvolvido visa atender aos interesses de cada um e de todos e que o sucesso do Sicoob Coopsef dependerá sempre daqueles que continuam acreditando nesta Cooperativa.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor-Presidente



## CONTAS DO EXERCÍCIO 2017 SÃO APROVADAS

Você conhece um banco que devolve para seus clientes parte do lucro apurado no final de cada exercício? Provavelmente não. Mas uma cooperativa devolve, como fará novamente neste ano o Sicoob Coopsef. Em 2017, nossa Cooperativa apurou Sobras líquidas no valor de R\$6,15 milhões e agora, por decisão tomada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06 de fevereiro, elas serão distribuídas para os associados, recebendo proporcionalmente mais aqueles que mais operações realizaram com a instituição, da qual são clientes e donos ao mesmo tempo.

As contas do ano passado foram apresentadas e aprovadas por unanimidade dos presentes à AGO, com os cooperados comemorando o resultado final, considerado excelente em vista de um período financeiro complexo e de maior competição entre as instituições. Mas foi por confiar e mensurar os benefícios gerados por sua Cooperativa, que os associados concentraram nela suas operações e agora têm mais um motivo para comemorar, atesta o diretor presidente Antônio de Ávila e Silva.

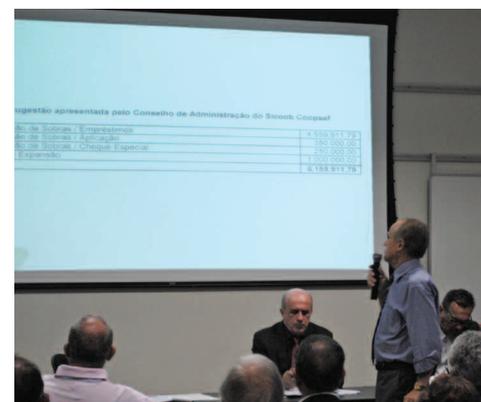
*Cooperados em AGO decidem que maior parte das Sobras líquidas irá para os que mais fizeram operações com a Cooperativa*

Trabalhando com taxas de juros inalteradas e sem a cobrança de taxas adicionais ou tarifas bancárias, o Sicoob Coopsef encerrou 2017 com Sobras brutas de R\$10,72 milhões. Desse total, foram deduzidos R\$3,47 milhões e creditados no dia 31 de dezembro como juros ao Capital de cada cooperado.

Desta forma, o Capital de cada um foi remunerado com um índice equivalente ao da poupança tradicional. Temos conseguido remunerar o Capital e ainda devolver ao associado parte do que ele pagou como

juros, destacou o diretor-presidente.

Das Sobras líquidas é obrigatória a dedução das destinações estatutárias, sendo que 10% foram para a Reserva Legal e 5% para o FATES (Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social). Esses dois fundos são muito importantes para a sustentabilidade da Cooperativa, sustentou Antônio de Ávila. Os associados aprovaram ainda na AGO a criação do Fundo de Expansão, no valor de R\$1 milhão, deduzidos das Sobras. E também aprovaram a Política Institucional de Relacionamento com Clientes e Usuários e a Política Institucional de Controles Internos e Conformidade, instituídas pelo Sicoob Confederação.





*Para que pudessem conhecer em detalhes a posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopsef, os associados receberam, antes de iniciar a AGO, extenso material com cópias do Relatório do Conselho de Administração relativo a 2017, notas explicativas às Demonstrações Contábeis e os pareceres emitidos pelo Conselho Fiscal e pela Entidade de Auditoria Cooperativa (EAC). Com esse material, os cooperados se sentiram mais seguros e aprovaram por unanimidade as contas do ano passado.*

Na abertura dos trabalhos, o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva agradeceu a presença dos cooperados, lembrando que uma Cooperativa só se torna forte e gera resultados para todos quando há efetiva participação de cada um, seja pelo uso de seus produtos e serviços, seja pelo acompanhamento das atividades da instituição. Também fizeram parte da mesa diretora o diretor financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, o diretor administrativo Álvaro César Cunha, o representante do Sicoob Central Cecremge, Raimundo Sérgio Campos, o coordenador do Conselho Fiscal do Sicoob Coopsef, Mauro Ernani Nascimento.

## BOA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM NÚMEROS

A apresentação da Demonstração de Resultados e das demais contas do exercício 2107 foi feita pelo diretor financeiro Célio Marcos Pontes de Albuquerque, que se utilizou de quadros e gráficos para mostrar os números apurados pela Cooperativa no ano passado. A decisão dos associados de concentrar suas operações no Sicoob Coopsef permitiu a obtenção de mais um resultado positivo, enfatizou ele.

Os quadros e gráficos apresentados mostraram a evolução do volume de empréstimos, chegando a R\$102,40 milhões, ou R\$14 milhões

a mais que em 2016. Com a menor taxa de juro do mercado, o Cheque Especial também foi mais utilizado e avançou para R\$3,80 milhões. Trata-se de uma boa opção de recursos para atender necessidade financeira no curto prazo.

No tocante às aplicações, o rendimento do RDC (Recibo de Depósito Cooperativo) foi superior a 9% e o total dos Depósitos a Prazo subiu para R\$113,45 milhões. Já o Capital Social, que foi remunerado por uma taxa equivalente à da poupança oficial, subiu para R\$53,31 milhões.

*Durante a AGO, foram lidos os pareceres do Conselho Fiscal e da EAC-CNAC sobre as Demonstrações Contábeis e ambos atestam os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira do Sicoob Coopsef, em 31 de dezembro de 2017.*

# QUEM PAGA MAIS recebe mais

Ao contrário do que acontece nos bancos tradicionais, onde o lucro é revertido para uns poucos donos, na nossa Cooperativa as Sobras líquidas têm sido distribuídas a todos os associados, proporcionalmente às operações que eles realizaram durante o exercício. Este é um dos vários benefícios gerados pelo sistema cooperativista e, no caso do Sicoob Coopsef, tem proporcionado um ótimo retorno para os associados, que recebem de volta parte dos juros que pagaram ao longo do ano, ressalta o diretor-presidente Antônio de Ávila e Silva.

Segundo ele, com esse procedimento a nossa Cooperativa cumpre também um dos princípios do cooperativismo, dando retorno maior para quem mais participa. Sendo assim, o diretor-presidente insiste que o cooperado continue prestigiando sua Cooperativa, usando de seus produtos e serviços, cujos custos são muito menores que os praticados pelos grandes bancos, o que certamente é benéfico para as finanças pessoais de todos. Quem gasta menos poupa mais, ensina o dirigente cooperativista.

## ACOMPANHE EM detalhes os resultados OBTIDOS EM 2017

O material distribuído aos cooperados antes da realização da AGO traz todos os números do Sicoob Coopsef no exercício 2017, comprovando a solidez financeira desta Cooperativa. As Sobras brutas somaram R\$10.722.908,08 (dez milhões, setecentos e vinte e dois mil, novecentos e oito reais e oito centavos). Desse total, foram deduzidos R\$3.477.383,85 (três milhões, quatrocentos e setenta e sete mil, trezentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos) e pagos como juros ao Capital de cada associado, no dia 31 de dezembro de 2016.

Feita essa dedução, foram deduzidas ainda as obrigações estatutárias (Fundo de Reserva e FATES) e somados outros ajustes de IRPJ e CSLL por Estimativa, apurando-se o valor líquido de R\$6.159.911,79 (seis milhões, cento e cinquenta e nove mil, novecentos e onze reais e setenta e nove centavos). Submetido à apreciação da AGO, sua distribuição foi aprovada integralmente, alcançando os tomadores de empréstimos, usuários do Cheque Especial e aplicadores, além da criação do Fundo de Expansão.

## Em 30 de abril termina o prazo para requerer Sobras



Por decisão da AGO, os cooperados têm prazo até o dia 30 de abril para requererem o recebimento em espécie da parte a que têm direito nas Sobras líquidas de 2017. O requerimento é feito em formulário próprio, disponibilizado no site [www.sicoobcoopsef.com.br](http://www.sicoobcoopsef.com.br), na sede da Cooperativa e nas repartições regionais. O cooperado deverá fazer ainda a sua atualização cadastral junto ao Sicoob Coopsef, requisito este que também é uma exigência do Banco Central do Brasil.

O crédito referente às Sobras líquidas será feito na conta corrente do cooperado, em lotes semanais, sempre às sextas-feiras, prosseguindo até o dia 30 de maio deste ano. Todos devem ler com atenção as exigências descritas no formulário, principalmente sobre as que dizem respeito à atualização cadastral.



## NA COOPERATIVA VOCÊ TEM A MENOR TAXA DE JURO DO CHEQUE ESPECIAL

O Ministério da Fazenda, por meio do Banco Central do Brasil, e a Federação dos Bancos (Febraban) estudam medidas que levem as instituições financeiras a reduzirem as taxas de juros cobradas no cheque especial, que é considerada uma das modalidades de crédito mais caras do País, atrás apenas do rotativo do cartão de crédito. No Sicoob Coopsef essa medida foi adotada há mais de dez anos e permanece até hoje. A taxa do Cheque Especial para os cooperados é de apenas 2,9% ao mês.

Em dezembro do ano passado, os juros do cheque especial nos bancos tradicionais estavam em 295,4% ao

ano, considerada a menor desde julho de 2016, quando ficou em 293,7% ao ano, conforme registro da Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac). Ainda assim, essa linha de crédito só perde do cartão de crédito, que estava em 321% no último mês de 2017, segundo a entidade.

A decisão do Sicoob Coopsef de trabalhar com reduzida taxa de juro visa beneficiar diretamente aos cooperados, podendo essa modalidade de pagamento ser usada num momento de dificuldade financeira. Além disso,, os usuários são orienta-

dos para que evitem ultrapassar o limite contratado, que pode chegar a até R\$20 mil, pois nesse caso a taxa de juro é maior. Mesmo assim, muito abaixo da cobrada por outros bancos.

É tem mais. Aqueles que dispuserem de cheque especial em outros bancos podem comparar as taxas. A do Sicoob Coopsef certamente é muito menor e parte do que foi pago ainda retorna ao usuário na forma de Sobras no final do exercício, como acontece novamente agora após aprovação pela Assembleia.

Desta forma, vale a pena conferir: Cheque Especial com baixa taxa de juro é só no Sicoob Coopsef.

No SICOOB COOPSEF tem...  
**CARTÃO DE CRÉDITO SICOOBCARD**

Conheça todas as vantagens oferecidas por este cartão e saiba como é possível ter o seu. Procure informações na sede ou nas repartições regionais do Sicoob Coopsef.





## IDENTIFIQUE SEU DEPÓSITO a favor do Sicoob Coopsef

Associado que fizer depósito a favor do Sicoob Coopsef precisa informar se os recursos se destinam ao pagamento de uma ou mais parcelas de empréstimo, se é para ficar na conta corrente, para uma aplicação financeira ou para qualquer outra finalidade. Sem essa informação, a Cooperativa não tem como atender ao depositante e credita esses recursos em uma conta específica. Ali eles permanecerão até que o interessado se manifeste. Os valores depositados nesta conta não têm correção. Portanto, lembre-se sempre de informar a destinação dos recursos depositados a favor do Sicoob Coopsef. Para isso, envie um fax (31) 3269.5724 ou e-mail para [sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br](mailto:sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br)

Esta é mais uma orientação da sua Cooperativa que você continue ganhando sempre.



## PRÁTICAS MAIS SEGURAS NO USO DO CARTÃO SICOOB

Golpes e fraudes cada vez mais sofisticados têm provocado sérios transtornos para administradoras e usuários de cartões de débito e crédito. Entre as modalidades está “Engenharia social”. Trata-se de um método em que o fraudador tenta se passar pelo Sicoob, Bancoob ou cooperativa e utilizando-se de muita persuasão procura obter informações que permitem o acesso a dados sigilosos de cooperados. Não se deixe iludir. Essas entidades cooperativistas não solicitam dados pessoais ou informações por telefone ou internet.

Ações de segurança para proteção de dados pessoais dos cooperados são implantadas sistematicamente, mas as tentativas de golpes não param. No ano passado, cooperados de todo o País, pressentindo golpes, enviaram centenas de perfis falsos em redes sociais e páginas falsas para o Sicoob e este, utilizando-se de ferramenta devidamente contratada, fez a remoção de conteúdos não autorizados.

Para evitar problemas, os cooperados precisam estar muito atentos e nunca revelar informações a ninguém sobre os dados de seu

cartão, seja por SMS, e-mail, WhatsApp, ou qualquer outra ferramenta de comunicação ou mesmo que a pessoa tente se identificar como funcionário do Sicoob, Bancoob, da cooperativa ou da Central de Atendimento de Cartões.

Desconfie de promoções muito atrativas, envolvendo prêmios e outros. Na dúvida, entre em contato com a Cooperativa, usando os canais oficiais de relacionamento. Sem suas informações, os fraudadores não conseguem levar adiante suas atividades ilícitas e o cooperado se livra de transtornos.

A segurança das transações financeiras pela internet depende, em grande parte, do usuário que está utilizando o serviço. Manter o antivírus atualizado é um recurso importante para proteção contra as ameaças virtuais. Some-se a estes e outros cuidados uma atenção especial com as mensagens oferecendo vantagens e solicitando informações pessoais. O Sicoob Coopsef faz o alerta e está sempre à disposição de seus cooperados para lhe garantir a segurança necessária em suas transações com a Cooperativa.

## Balancete Patrimonial - Prestação de Contas

## Balancete 30/11/2017

ATIVO	Em reais
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>117.001.869,32</b>
DISPONIBILIDADES	540.147,43
Disponibilidades	540.147,43
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	77.826.726,36
Central Financeira - COOPERAT	77.826.726,36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	37.325.580,21
Operações de Crédito	38.504.894,43
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(1.179.314,22)
OUTROS CRÉDITOS	1.244.627,49
OUTROS VALORES E BENS	64.787,83
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.783.588,92</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	67.997.656,87
Operações de Crédito	67.997.656,87
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.785.932,05
Interposição P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.785.932,05
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.204.478,37</b>
INVESTIMENTOS	9.288.218,63
Partic. Colig. e Control. no País	9.288.218,63
IMOBILIZADO DE USO	1.904.442,64
Imobilizações em Curso	-
Imóveis de Uso	3.353.208,60
Outras Imobilizações de Uso	1.984.700,16
(Depreciações Acumuladas)	(3.433.466,12)
INTANGÍVEL	11.817,10
Sistema de Processamento de Dados	64.469,72
Direito de Uso	68.627,32
(Amortização Acumulada)	(121.279,94)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>199.989.936,61</b>

PASSIVO	Em reais
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>125.568.298,87</b>
DEPÓSITOS	115.566.076,97
Depósitos à vista	2.570.523,99
Depósitos a prazo	112.995.552,98
Outros Depósitos	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.002.221,90
Relações Interdependências	-
Cobrança e Arrecad. Tributos	17.147,07
Sociais e Estatutárias	8.567.972,34
Fiscais e Previdenciárias	226.781,50
Diversas	1.190.320,99
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Rendas Antecipadas	-
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.785.932,05</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.785.932,05
Provisões P/ Riscos Fiscais	3.785.932,05
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>70.635.705,69</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>70.635.705,69</b>
Capital de Domiciliados no País	50.838.248,32
Reservas de Lucros	9.819.697,03
Sobras Acumuladas	5.296.733,38
Receitas	13.649.589,82
(Despesas)	(8.968.562,86)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>199.989.936,61</b>

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Álvaro César Cunha  
Diretor Administrativo

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## Balancete 31/12/2017

ATIVO	Em reais
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>117.532.183,64</b>
DISPONIBILIDADES	431.224,97
Disponibilidades	431.224,97
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	79.429.604,48
Central Financeira - COOPERAT	79.429.604,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.983.252,33
Operações de Crédito	38.134.207,64
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	(1.150.955,31)
OUTROS CRÉDITOS	650.994,34
OUTROS VALORES E BENS	37.107,52
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.968.789,18</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	68.175.278,27
Operações de Crédito	68.175.278,27
(Prov. P/ Oper. Créd. Liq. Duvid.)	-
DEVEDORES POR DEPÓSITOS EM GARANTIAS	3.793.510,91
Interposição P/ Riscos Fiscais e Trabalhistas	3.793.510,91
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.280.147,61</b>
INVESTIMENTOS	9.378.413,48
Partic. Colig. e Control. no País	9.378.413,48
IMOBILIZADO DE USO	1.890.722,62
Imobilizações em Curso	-
Imóveis de Uso	3.353.208,60
Outras Imobilizações de Uso	1.984.700,16
(Depreciações Acumuladas)	(3.447.186,14)
INTANGÍVEL	11.011,51
Sistema de Processamento de Dados	64.469,72
Direito de Uso	68.627,32
(Amortização Acumulada)	(122.085,53)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>200.781.120,43</b>

PASSIVO	Em reais
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>126.609.537,30</b>
DEPÓSITOS	116.121.454,25
Depósitos à vista	2.669.107,23
Depósitos a prazo	113.452.347,02
Outros Depósitos	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.488.083,05
Relações Interdependências	-
Cobrança e Arrecad. Tributos	13.091,08
Sociais e Estatutárias	9.346.795,15
Fiscais e Previdenciárias	372.414,05
Diversas	755.782,77
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	-
Rendas Antecipadas	-
<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.793.510,91</b>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	3.793.510,91
Provisões P/ Riscos Fiscais	3.793.510,91
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>70.378.072,22</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>70.378.072,22</b>
Capital de Domiciliados no País	53.311.420,15
Reservas de Lucros	9.819.697,03
Sobras Acumuladas	5.298.164,19
Receitas	16.369.007,04
(Despesas)	(14.420.216,19)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>200.781.120,43</b>

# Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/17 da **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF**, na forma da Legislação em vigor.

## 1. POLÍTICA OPERACIONAL

Em 2017 o SICOOB COOPSEF completou 37 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

## 2. AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

No exercício de 2017, o SICOOB COOPSEF obteve um resultado de R\$ 7.246.955,04 representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 10,35%.

## 3. ATIVOS

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 79.429.604,48 Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 106.309.485,91.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Empréstimo	R\$ 102.402.700,24	96,33%
Cheque Especial e Conta Garantida	R\$ 3.861.104,26	3,63%
Adiantamento a Depositante	R\$ 45.681,41	0,04%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 6,93% da carteira, no montante de R\$ 7.370.423,10.

## 4. CAPTAÇÃO

As captações, no total de R\$ 116.121.454,25, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 5,7119%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 2.669.107,23	2,30%
Depósitos a Prazo	R\$ 113.452.347,02	97,70%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/17 o percentual de 18,0852% da captação, no montante de R\$ 20.348.745,31.

## 5. PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA

O Patrimônio de Referência do SICOOB COOPSEF era de R\$ 69.494.911,20. O quadro de associados era composto por 6907 Cooperados, havendo um decréscimo de 0.0145% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

## 6. POLÍTICA DE CRÉDITO

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB COOPSEF adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

## 7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o

Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

## 8. CONSELHO FISCAL

Com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

Todos os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICOOB CENTRAL CECREMG, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

## 9. CÓDIGO DE ÉTICA

Todos os integrantes da equipe do SICOOB COOPSEF aderiram, em 2013, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

## 10. SISTEMA DE OUVIDORIA

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2017, a Ouvidoria do SICOOB COOPSEF. Registrou 4 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 4 reclamações, 1 foi considerada procedente e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

## 11. FUNDO GARANTIDOR DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

## AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Belo Horizonte, 18 de Janeiro de 2018.

### Conselho de Administração e Diretoria

Antônio de Ávila e Silva  
Celmair Silveira

Álvaro César Cunha  
Geraldo Magela Cotta

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Geber Soares de Oliveira

Carlos Eugênio Souto Maior Filizola  
Rita da Penha Ventrin Gloria Leal

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2017	31/12/2016
<b>CIRCULANTE</b>	<b>121.325.694,55</b>	<b>113.266.155,86</b>
<i>Disponibilidades</i>	431.224,97	614.100,39
<i>Relações Interfinanceiras (Nota 4)</i>	79.429.604,48	69.493.918,50
Centralização Financeira - Cooperativas	79.429.604,48	69.493.918,50
<i>Operações de Crédito (Nota 5)</i>	36.983.252,33	34.743.987,80
Operações de Crédito	38.134.207,64	35.763.197,95
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.150.955,31)	(1.019.210,15)
<i>Outros Créditos (Nota 6)</i>	4.444.505,25	8.007.171,52
Rendas a Receber	431.970,57	770.512,43
Diversos	4.012.534,68	7.236.921,20
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-	(262,11)
<i>Outros Valores e Bens (Nota 7)</i>	37.107,52	406.977,65
Outros Valores e Bens	37.107,52	406.977,65
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>68.175.278,27</b>	<b>65.993.323,64</b>
<i>Operações de Crédito (Nota 5)</i>	68.175.278,27	65.993.323,64
Operações de Crédito	68.175.278,27	65.993.323,64
<b>PERMANENTE</b>	<b>11.280.147,61</b>	<b>10.522.784,12</b>
<i>Investimentos (Nota 8)</i>	9.378.413,48	8.797.808,51
Participações em Cooperativas	9.378.413,48	8.797.808,51
<i>Imobilizado de Uso (Nota 9)</i>	1.890.722,62	1.704.297,02
(Depreciações Acumuladas)	1.890.722,62	1.704.297,02
<i>Intangível (Nota 10)</i>	11.011,51	20.678,59
Ativos Intangíveis	133.097,04	133.097,04
(Amortização Acumulada)	(122.085,53)	(112.418,45)
<b>TOTAL</b>	<b>200.781.120,43</b>	<b>189.782.263,62</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>126.971.885,05</b>	<b>120.879.167,64</b>
<i>Depósitos (Nota 11)</i>	116.121.454,25	109.847.090,33
Depósitos à Vista	2.669.107,23	2.378.793,77
Depósitos a Prazo	113.452.347,02	107.468.296,56
<i>Outras Obrigações (Nota 12)</i>	10.850.430,80	11.032.077,31
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	13.091,08	3.240,78
Sociais e Estatutárias	9.709.142,90	9.966.929,44
Fiscais e Previdenciárias	372.414,05	371.424,56
Diversas	755.782,77	690.482,53
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.793.510,91</b>	<b>3.659.758,08</b>
<i>Outras Obrigações</i>	3.793.510,91	3.659.758,08
Diversas (Nota 25)	3.793.510,91	3.659.758,08
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>	<b>70.015.724,47</b>	<b>65.243.337,90</b>
<i>Capital Social</i>	53.311.420,15	50.870.435,11
De Domiciliados no País	53.311.420,15	50.870.435,11
<i>Reserva de Lucros</i>	10.544.392,53	9.819.697,03
<i>Sobras Acumuladas</i>	6.159.911,79	4.553.205,76
<b>TOTAL</b>	<b>200.781.120,43</b>	<b>189.782.263,62</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## Consulte nosso representante na Cidade Administrativa

Os associados da Sicoob Coopsef que trabalham na Cidade Administrativa e que precisam de alguma informação ou serviço da Cooperativa podem consultar Ivair Ferreira Lima. Ele é o representante da Cooperativa na Cidade Administrativa e trabalha no Edifício Gerais, 12º andar, na ARSAE/Gerência de Fiscalização.

Para falar com o Ivair, o associado pode ainda telefonar para 3915.8103 e 3915.8104, ou para o celular 99654.1199. Com um representante na Cidade Administrativa, o Sicoob Coopsef espera prestar um atendimento mais adequado e rápido.

## DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos reais – R\$)

	2º SEMESTRE/2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira</b>	<b>12.977.815,64</b>	<b>25.360.046,50</b>	<b>23.386.389,51</b>
Operações de Crédito	12.977.815,64	25.360.046,50	23.386.389,51
<b>Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira</b>	<b>(4.583.969,13)</b>	<b>(10.535.830,24)</b>	<b>(12.692.849,32)</b>
Operações de Captação no Mercado	(4.309.843,24)	(10.042.399,01)	(12.393.362,73)
Provisão para Operações de Créditos (Nota 5)	(274.125,89)	(493.431,23)	(299.486,59)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>	<b>8.393.846,51</b>	<b>14.824.216,26</b>	<b>10.693.540,19</b>
<b>Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais</b>	<b>(2.930.645,79)</b>	<b>(4.058.561,21)</b>	<b>(1.434.662,38)</b>
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	43.879,77	90.333,69	74.100,85
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	14.674,00	26.404,00	25.419,00
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(3.992.347,11)	(7.686.346,50)	(7.196.872,50)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(1.859.605,12)	(3.711.509,35)	(3.305.648,84)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(74.970,68)	(154.032,06)	(134.021,84)
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	3.033.914,17	7.076.274,94	8.902.599,23
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 17)	60.824,37	634.139,67	572.818,87
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 18)	(157.015,19)	(333.825,60)	(373.057,15)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>5.463.200,72</b>	<b>10.765.655,05</b>	<b>9.258.877,81</b>
<b>Resultado Não Operacional (Nota 19)</b>	<b>(37.026,02)</b>	<b>(41.316,16)</b>	<b>208.519,33</b>
<b>Resultado Antes da Tributação</b>	<b>5.426.174,70</b>	<b>10.724.338,89</b>	<b>9.467.397,14</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(1.430,81)</b>	<b>(62.782,98)</b>
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos		(746,65)	(31.252,28)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos		(684,16)	(31.530,70)
Participação de Funcionários no Resultado			
<b>Sobras / Perdas antes das Destinações</b>	<b>5.426.174,70</b>	<b>10.722.908,08</b>	<b>9.404.614,16</b>
<b>Destinações legais e Estatutárias (Nota 14)</b>	<b>(1.087.043,25)</b>	<b>(1.087.043,25)</b>	<b>(980.835,25)</b>
F.A.T.E.S.	(362.347,75)	(362.347,75)	(267.835,63)
Reserva Legal	(724.695,50)	(724.695,50)	(535.671,27)
F A T E S - ATOS NÃO COOPERATIVOS			(177.328,35)
<b>Lucro / Prejuízo (Sobra / Perda)</b>	<b>4.339.131,45</b>	<b>9.635.864,83</b>	<b>8.423.778,91</b>
Juros ao Capital Próprio (Nota 16)	(3.477.383,85)	(3.477.383,85)	(3.870.573,15)
<b>LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO</b>	<b>861.747,60</b>	<b>6.158.480,98</b>	<b>4.553.205,76</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

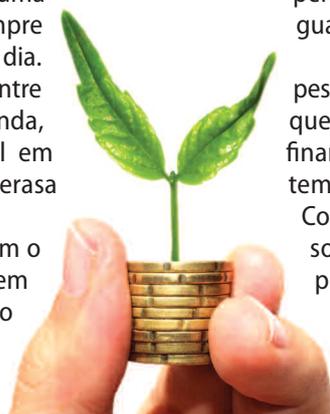
Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## SEM HÁBITO DE POUPAR brasileiro gasta o que tem

Fazer um orçamento doméstico ou familiar é uma boa opção para adequar a receita, quase sempre estável, às despesas, que se multiplicam no dia a dia. Mas fazer um orçamento não é prática comum entre os brasileiros e o hábito de poupar é menor ainda, conforme constatou o Banco Central do Brasil em recente pesquisa realizada em parceria com a Serasa Experian e o Ibope.

A maioria afirmou durante a pesquisa que tem o cuidado de pensar se poderá pagar uma compra em dia, mas muitos admitiram que atrasaram pelo menos um pagamento durante o ano e outros informaram que não têm hábito e nem conseguem poupar, já que as despesas quase sempre su-



peram a receita. Aqueles que conseguem poupar guardam apenas uma pequena parte da renda.

Realizada em todas as regiões do País, a pesquisa alcançou brasileiros com mais de 16 anos, que também foram ouvidos sobre educação financeira, um tema que o Sicoob Coopsef tem defendido insistentemente. Neste sentido, a Cooperativa procura orientar seus associados sobre a importância do planejamento, visando principalmente adequar a capacidade de pagamento às dívidas que vierem a contrair. Essa adequação evita que o cooperado se torne um inadimplente no futuro, sustentam os dirigentes do Sicoob Coopsef.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos reais – R\$)

EVENTOS	CAPITAL		RESERVAS DE SOBRA		Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
<b>Saldo em 31/12/2015</b>	<b>47.688.647,70</b>	<b>(25,00)</b>	<b>9.284.025,76</b>	<b>5.389.899,81</b>	<b>62.362.548,27</b>
<b>Ajustes de Exercícios Anteriores</b>					-
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior:</b>					
Ao FATES				(500.000,00)	(500.000,00)
Em Conta Corrente do Associado				(4.270.236,36)	(4.270.236,36)
Ao Capital	619.663,45			(619.663,45)	
<b>Movimentação de Capital:</b>					-
Por Subscrição/Realização	1.539.124,34	25,00			1.539.149,34
Por Devolução (-)	(2.755.933,63)				(2.755.933,63)
Estorno de Capital	(4.639,00)				(4.639,00)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				<b>9.404.614,16</b>	<b>9.404.614,16</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>					
Provisão de Juros ao Capital				(3.870.573,15)	(3.870.573,15)
Subscrição do Juros ao Capital	3.801.947,78				3.801.947,78
IRRF sobre Juros ao Capital	(18.375,53)				(18.375,53)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>				<b>(177.328,35)</b>	<b>(177.328,35)</b>
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					-
. Fundo de Reserva			535.671,27	(535.671,27)	-
. F A T E S				(267.835,63)	(267.835,63)
<b>Saldos em 31/12/2016</b>	<b>50.870.435,11</b>	<b>-</b>	<b>9.819.697,03</b>	<b>4.553.205,76</b>	<b>65.243.337,90</b>
<b>Outros Ajustes</b>				<b>1.430,81</b>	<b>1.430,81</b>
<b>Destinação de Sobras Exercício Anterior</b>					
Em Conta Corrente do Associado				(3.932.551,66)	(3.932.551,66)
Ao Capital	620.654,10			(620.654,10)	
<b>Movimentação de Capital:</b>					-
Por Subscrição/Realização	1.391.850,53				1.391.850,53
Por Devolução (-)	(2.931.154,70)				(2.931.154,70)
Estorno de Capital	(4.742,28)				(4.742,28)
<b>Reversões de Reservas</b>				-	-
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				<b>10.722.908,08</b>	<b>10.722.908,08</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital: (Nota 16)</b>					
Provisão de Juros ao Capital				(3.477.383,85)	(3.477.383,85)
Subscrição do Juros ao Capital	3.376.401,98				3.376.401,98
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.024,59)				(12.024,59)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos (Nota 15)</b>					-
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					-
. Fundo de Reserva			724.695,50	(724.695,50)	-
. F A T E S				(362.347,75)	(362.347,75)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>53.311.420,15</b>	<b>-</b>	<b>10.544.392,53</b>	<b>6.159.911,79</b>	<b>70.015.724,47</b>
<b>Saldos em 30/06/2017</b>	<b>51.102.748,47</b>	<b>-</b>	<b>9.819.697,03</b>	<b>5.296.733,38</b>	<b>66.219.178,88</b>
<b>Outros Ajustes</b>				<b>1.430,81</b>	<b>1.430,81</b>
<b>Movimentação de Capital:</b>					-
Por Subscrição/Realização	644.382,93				644.382,93
Por Devolução (-)	(1.797.399,61)				(1.797.399,61)
Estorno de Capital	(2.689,03)				(2.689,03)
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>				<b>5.426.174,70</b>	<b>5.426.174,70</b>
<b>Remuneração de Juros ao Capital:</b>					
Provisão de Juros ao Capital				(3.477.383,85)	(3.477.383,85)
Subscrição do Juros ao Capital	3.376.401,98				3.376.401,98
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.024,59)				(12.024,59)
<b>FATES - Atos Não Cooperativos</b>					-
<b>Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:</b>					-
. Fundo de Reserva			724.695,50	(724.695,50)	-
. F A T E S				(362.347,75)	(362.347,75)
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>53.311.420,15</b>	<b>-</b>	<b>10.544.392,53</b>	<b>6.159.911,79</b>	<b>70.015.724,47</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Valores expressos reais – R\$)

	2º SEMESTRE/2017	31/12/2017	31/12/2016
<b>Atividades Operacionais</b>			
<b>Sobras/Perdas do Exercício</b>	<b>5.426.174,70</b>	<b>10.724.338,89</b>	<b>9.467.397,14</b>
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.430,81	1.430,81	-
IRPJ / CSLL	-	(1.430,81)	(62.782,98)
Participações no Lucro(Sobra)	-	-	-
Provisão para Operações de Crédito	19.706,00	131.745,16	150.194,74
Provisão de Juros ao Capital	(3.477.383,85)	(3.477.383,85)	(3.870.573,15)
Destinação de Sobras Central	-	-	-
Depreciações e Amortizações	88.133,43	172.327,47	169.107,61
	<b>2.058.061,09</b>	<b>7.551.027,67</b>	<b>5.853.343,36</b>
<b>Aumento (redução) em ativos operacionais</b>			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Relações Interdependências	-	-	-
Operações de Crédito	(3.556.347,32)	(4.552.964,32)	(12.745.399,41)
Outros Créditos	3.117.565,15	3.562.666,27	(3.393.939,97)
Outros Valores e Bens	141.240,43	27.929,86	(7.612,56)
<b>Aumento (redução) em passivos operacionais</b>			
Depósitos a Vista	420.836,37	290.313,46	(235.786,57)
Depósitos sob Aviso	-	-	-
Depósitos a Prazo	(452.312,94)	5.984.050,46	13.353.352,97
Outros Depósitos	-	-	-
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	-	-	-
Outras Obrigações	1.035.620,45	(47.893,68)	425.566,46
Relações Interdependências	(25,00)	-	(293.493,09)
Relações Interfinanceiras	-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	-
Resultado de Exercícios Futuros	-	-	-
<b>Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais</b>	<b>2.764.638,23</b>	<b>12.815.129,72</b>	<b>2.956.031,19</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>			
Alienação de Investimento			
Alienação de Imobilizações de Uso			
Aplicação no Intangível			(4.750,00)
Aplicação no Diferido			-
Inversões em Imobilizado de Uso	(3.892,30)	(7.145,72)	(26.156,47)
Inversões em Investimentos	(90.194,85)	(580.604,97)	(742.442,60)
Outros Ajustes			436,40
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos</b>	<b>(94.087,15)</b>	<b>(587.750,69)</b>	<b>(772.912,67)</b>
<b>Atividades de Financiamentos</b>			
Aumento por novos aportes de Capital	644.382,93	1.391.850,53	1.539.149,34
Devolução de Capital à Cooperados	(1.797.399,61)	(2.931.154,70)	(2.755.933,63)
Estorno de Capital	(2.689,03)	(4.742,28)	(4.639,00)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	-	-
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	-	(3.932.551,66)	(4.270.236,36)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Ao FATES	-	-	(500.000,00)
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos	-	-	(177.328,35)
FATES Sobras Exercício	(362.347,75)	(362.347,75)	(267.835,63)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	-
Subscrição do Juros ao Capital	3.376.401,98	3.376.401,98	3.801.947,78
IRRF sobre Juros ao Capital	(12.024,59)	(12.024,59)	(18.375,53)
<b>Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos</b>	<b>1.846.323,93</b>	<b>(2.474.568,47)</b>	<b>(2.653.251,38)</b>
<b>Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades</b>	<b>4.516.875,01</b>	<b>9.752.810,56</b>	<b>(470.132,86)</b>
<b>Modificações em Disponibilidades Líquida</b>			
No Início do Período	75.343.954,44	70.108.018,89	70.578.151,75
No Fim do Período (Nota 3 - c)	79.860.829,45	79.860.829,45	70.108.018,89
<b>Variação Líquida das Disponibilidades</b>	<b>4.516.875,01</b>	<b>9.752.810,56</b>	<b>(470.132,86)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor PresidenteCélio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor FinanceiroAstor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

# Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – SICOOB COOPSEF é uma cooperativa de crédito singular, instituição SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 24/01/2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) – Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos – Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa – Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas – Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações – Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 – Evento Subsequente – Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

## 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

### c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

### f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

### g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

### h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

**l) Provisões**

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**m) Passivos contingentes**

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

**n) Obrigações legais**

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

**o) Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

**p) Segregação em circulante e não circulante**

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

**q) Valor recuperável de ativos – impairment**

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2017 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

**r) Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
  - Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.
- Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

**4. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira - Cooperativas (a)	79.429.604,48	69.493.918,50
<b>TOTAL</b>	<b>79.429.604,48</b>	<b>69.493.918,50</b>

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

**5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO****a) Composição da carteira de crédito por modalidade:**

Em reais

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	45.681,41	0,00	45.681,41	25.951,30
Empréstimos	34.227.421,97	68.175.278,27	102.402.700,24	98.375.240,41
Cheque Especial/Conta Garantida	3.861.104,26	0,00	3.861.104,26	3.355.240,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	-1.150.955,31	0,00	-1.150.955,31	(1.019.210,15)
<b>TOTAL</b>	<b>36.983.252,33</b>	<b>68.175.278,27</b>	<b>105.158.530,60</b>	<b>100.737.311,44</b>

**b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:**

Em reais

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo /TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA	-	Normal	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	Normal	95.804.113,01	3.540.654,44	99.344.767,45	496.723,84	97.318.729,32	486.593,65
B	1%	Normal	1.357.958,86	4.090,06	1.362.048,92	13.620,49	338.169,22	3.381,69
B	1%	Vencidas	2.875.955,18	-	2.875.955,18	28.759,55	2.033.314,82	20.333,18
C	3%	Normal	246.574,55	9.143,08	255.717,63	7.671,53	348.975,23	10.469,26
C	3%	Vencidas	1.256.296,05	-	1.256.296,05	37.688,88	673.663,60	20.209,91
D	10%	Normal	-	-	-	-	14.019,43	1.401,94
D	10%	Vencidas	453.151,90	-	453.151,90	45.315,19	256.907,44	25.690,74
E	30%	Normal	-	-	-	-	96.468,50	28.940,55
E	30%	Vencidas	317.765,31	-	317.765,31	95.329,59	272.380,93	81.714,28
F	50%	Normal	-	-	-	-	-	-
F	50%	Vencidas	29.863,56	-	29.863,56	14.931,78	73.139,63	36.569,82
G	70%	Normal	-	-	-	-	-	-
G	70%	Vencidas	10.018,22	-	10.018,22	7.012,75	89.494,45	62.646,11
H	100%	Normal	-	324.000,00	324.000,00	324.000,00	124.800,00	124.800,00
H	100%	Vencidas	51.003,60	28.898,09	79.901,69	79.901,69	116.459,02	116.459,02
<b>Total Normal</b>			97.408.646,42	3.877.887,58	101.286.534,00	842.015,86	98.241.161,70	655.587,09
<b>Total Vencido</b>			4.994.053,82	28.898,09	5.022.951,91	308.939,44	3.515.359,89	363.623,06
<b>Total Geral</b>			102.402.700,24	3.906.785,67	106.309.485,91	1.150.955,30	101.756.521,59	1.019.210,15
<b>Provisões</b>			-780.038,75	-370.916,56	-1.150.955,31	-	-1.019.210,15	-
<b>Total Líquido</b>			101.622.661,49	3.535.869,11	105.158.530,60	-	100.737.311,44	-

## c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Em reais

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	14.904.671,17	19.390.807,51	68.175.278,27	102.470.756,95
<b>TOTAL</b>	<b>14.904.671,17</b>	<b>19.390.807,51</b>	<b>68.175.278,27</b>	<b>102.470.756,95</b>

## d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	1.019.210,15	869.015,41
Constituições/ Reversões	493.693,34	150.194,74
Transferência para prejuízo	(361.948,18)	(149.093,34)
<b>TOTAL</b>	<b>1.150.955,31</b>	<b>1.019.210,15</b>

## e) Concentração dos Principais Devedores:

Em reais

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Devedo	493.779,39	0,4642	475.306,72	0,4667
10 Maiores Devedores	4.011.947,92	3,7714	3.976.188,02	3,9048
50 Maiores Devedores	15.792.205,63	14,854	15.638.257,62	15,3578

## f) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo inicial	1.884.922,37	1.813.156,89
Valor das operações transferidas no período	361.948,18	149.093,34
Valor das operações recuperadas no período	(119.259,41)	(77.327,86)
<b>TOTAL</b>	<b>2.127.611,14</b>	<b>1.884.922,37</b>

## g) Receitas de operações de crédito:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Adiantamento a depositantes	11.653,62	10.533,22
Empréstimos	25.110.714,95	23.275.349,61
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	237.677,93	100.506,68
<b>TOTAL</b>	<b>25.360.046,50</b>	<b>23.386.389,51</b>

## h) Operações renegociadas

Durante o exercício de 2017, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 23.565.604,21, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

## 6. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a Receber (a)	431.970,57	770.512,43
Devedores por Depósito e Garantia (b)	3.793.510,91	3.659.758,08
Títulos e Créditos a Receber	1.410,00	68.872,35
Devedores Diversos (c)	37.098,53	3.115.542,55
Outros Créditos Diversos (d)	180.515,24	392.486,11
<b>TOTAL</b>	<b>4.444.505,25</b>	<b>8.007.171,52</b>

(a) **Rendas a Receber:** Rendas de Aplicação Financeira junto a Centralização Financeira – SICOOB CECREMGE – no montante de R\$ 426.309,47.

(b) **Devedores por Depósito e Garantia:** Depósito Judicial referente ao processo de Cobrança do COFINS s/atos cooperativos no período de 03/1999 a 07/2004.

(c) **Devedores Diversos:** O valor de R\$ 37.098,53 refere-se ao pagamento do desconto em folha de pagamento dos associados relativos a empréstimos consignados, Aplicação RDC e capital social referente a folha de dezembro de 2017, recebida em janeiro de 2018.

(d) **Outros Créditos Diversos:** O valor de R\$ 105.046,99 do montante apresentado, refere-se a antecipações (Férias e 13º Salário) pagas aos funcionários. O valor de R\$ 71.198,61 refere-se a adiantamento para despesas diversas a serem concluídas.

## 7. OUTROS VALORES E BENS

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Valores e Bens	0,00	341.940,27
Bens Não de Uso Próprio (a)	0,00	341.940,27
Despesas Antecipadas (b)	37.107,52	65.037,38
Prêmios de Seguros	0,00	32.260,38
Assinatura de Periódicos	2.275,09	1.787,91
Outros	34.832,43	30.989,09
<b>TOTAL</b>	<b>37.107,52</b>	<b>406.977,65</b>

a) Em Bens Não de Uso Próprio estava registrado o valor de R\$ 341.940,27 referente aos imóveis que não estavam sendo utilizados pela cooperativa, passando a ser utilizado nesse exercício.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, no montante de R\$37.107,52 referentes à assinatura de periódicos – R\$ 2.275,09 e R\$ 34.832,43 referentes à antecipação de pagamento de plano de saúde de funcionários.

## 8. INVESTIMENTOS

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB e ações do BANCOOB.

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Participações em cooperativa central de crédito	6.582.635,06	6.431.367,47
Participações instituição financeira controlada cooperativa de crédito	2.795.778,42	2.366.441,04
<b>TOTAL</b>	<b>9.378.413,48</b>	<b>8.797.808,51</b>

**9. IMOBILIZADO DE USO**

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Terrenos	583.120,92	583.120,92	-
Edificações	2.770.087,68	2.428.147,41	4%
Móveis e equipamentos de Uso	1.682.224,13	1.797.487,19	10%
Sistema de Processamento de Dados	283.790,03	279.217,73	20%
Sistema de Segurança	18.686,00	18.686,00	10%
(-) Total Depreciação Acumulada	(3.447.186,14)	(3.402.362,23)	
<b>TOTAL</b>	<b>1.890.722,62</b>	<b>1.704.297,02</b>	

**10. INTANGÍVEL**

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Sistema de Processamento de Dados – Software	64.469,72	64.469,72	20%
Direito de Uso	68.627,32	68.627,32	20%
<b>TOTAL</b>	<b>133.097,04</b>	<b>133.097,04</b>	
Amortização acumulada	(122.085,53)	(112.418,45)	20%
<b>TOTAL</b>	<b>11.011,51</b>	<b>20.678,59</b>	

O valor registrado na rubrica "Intangível" refere-se a licença de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida em junho de 2009, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

**11. DEPÓSITOS**

É composta de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósito à Vista	2.669.107,23	2.378.793,77
Depósito a Prazo	113.452.347,02	107.468.296,56
<b>TOTAL</b>	<b>116.121.454,25</b>	<b>109.847.090,33</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº 4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Em reais

Descrição	31/12/2017	% Carteira Total	31/12/2016	% Carteira Total
Maior Depositante	1.996.510,53	1,77	1.790.263,60	1,63
10 Maiores Depositantes	13.580.516,14	12,06	12.861.118,45	11,71
50 Maiores Depositantes	34.895.600,57	31,01	33.696.492,32	30,68

**Despesas com operações de captação de mercado:**

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Depósitos à Vista	(10.042.399,01)	(12.393.389,73)
<b>TOTAL</b>	<b>(10.042.399,01)</b>	<b>(12.393.389,73)</b>

**12. OUTRAS OBRIGAÇÕES**

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	13.091,08	3.240,78
Sociais e Estatutárias	9.709.142,90	9.966.929,44
Fiscais e Previdenciárias	372.414,05	371.424,56
Diversas	755.782,77	690.482,53
<b>TOTAL</b>	<b>10.850.430,8</b>	<b>11.032.077,31</b>

(a) Refere-se ao IOF a Recolher incidente sobre Operações de Crédito e Aplicações Financeiras dos cooperados com a Cooperativa

**12.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS**

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Resultado de Atos com Associados	5.879.922,74	6.971.704,77
Resultado de Atos com Não Associados	1.670.278,65	1.670.278,65
Cotas de Capital a Pagar	2.158.941,51	1.324.946,02
<b>TOTAL</b>	<b>9.709.142,90</b>	<b>9.966.929,44</b>

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

**12.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	Em reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Impostos s/ Serviços de Terceiros	13.464,38	11.979,80
Impostos sobre Salários	330.055,43	307.113,68
IRRF sobre Juros ao Capital	12.068,38	18.494,52
Outros	16.825,83	33.836,56
<b>TOTAL</b>	<b>372.414,05</b>	<b>371.424,56</b>

**12.3. DIVERSAS**

Descrição	Em reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Cheques Administrativos (a)	58.500,00	12.000,00
Despesas de Pessoal	551.767,42	547.071,73
Outras Despesas Administrativas (b)	97.401,61	82.959,44
Cretores Diversos – País (c)	48.113,74	48.451,36
<b>TOTAL</b>	<b>755.782,77</b>	<b>690.482,53</b>

(a) Referem-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém não compensados até a data-base de 31/12/2017.

(b) Refere-se ao provisionamento de pagamentos a efetuar, relativos a outras despesas administrativas da cooperativa.

(c) Cretores Diversos – País se refere a créditos de responsabilidade da cooperativa perante pessoas físicas e jurídicas pendente de regularização para cuja escrituração não exista conta específica.

**13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

O SICOOB COOPSEF opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital Social**

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	Em reais	
	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	53.311.420,15	50.870.435,11
Associados	6.906	6.908

**b) Reserva Legal**

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

**c) Sobras Acumuladas**

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 06/02/2017, os cooperados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 620.654,10.

**d) Destinações estatutárias e legais**

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Sobra líquida do exercício	7.246.955,04	5.534.041,01
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	(177.328,35)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	7.246.955,04	5.356.712,66
<b>Destinações estatutárias</b>		
Reserva legal - 10%	(724.695,50)	(535.671,27)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(362.347,75)	(267.835,63)
<b>Sobra à disposição da Assembleia Geral</b>	<b>6.159.911,79</b>	<b>4.553.205,76</b>

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos são destinados ao FATES.

**15. RESULTADO DE ATOS NÃO COOPERATIVOS**

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Receita de atos não cooperativos	90.333,69	74.100,85
Despesas específicas de atos não cooperativos	(76.131,26)	(82.064,89)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(30.923,27)	(23.226,94)
<b>Resultado operacional</b>	<b>16.720,84</b>	<b>31.592,00</b>
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(41.316,16)	208.519,33
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.606,19)	240.111,33
<b>Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)</b>	<b>(58.037,00)</b>	<b>177.328,35</b>

**16. PROVISÃO DE JUROS AO CAPITAL**

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

## 17. OUTROS INGRESSOS / RENDAS OPERACIONAIS

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Recuperação de Encargos e Despesas	9.265,03	11.607,48
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	134.471,51	186.260,98
Dividendos (a)	339.135,54	246.240,59
Outras Rendas Operacionais (b)	151.267,59	128.709,82
<b>TOTAL</b>	<b>634.139,67</b>	<b>572.818,87</b>

(a) Refere-se a crédito de dividendos pagos referente as ações do Bancoob.

(b) Refere-se a sobras do exercício referente ao capital da Sicoob Central CECREMGE.

## 18. OUTROS DISPÊNDIOS / DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Contribuição ao Fundo Garantidor de Depósitos	(171.056,35)	(151.969,44)
Contribuição ao Fundo de Tecnologia da Informação	(27.193,24)	(34.154,46)
Outras Despesas Operacionais (a)	(135.576,01)	(186.933,25)
<b>TOTAL</b>	<b>(333.825,60)</b>	<b>(373.057,15)</b>

(a) Refere-se à atualização de saldo depositado em Juízo de Cofins, atualizado pela taxa Selic.

## 19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	Em reais	
	2017	2016
Outras Receitas não Operacionais	1.814,11	233.567,66
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	0,00	(436,40)
Outras Despesas não Operacionais	(43.130,27)	(25.048,33)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(41.316,16)</b>	<b>208.082,93</b>

## 20. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito. As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2017:

	Em reais
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES ATIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 230.140,00	0,39%
<b>MONTANTE DAS OPERAÇÕES PASSIVAS</b>	<b>% em relação à carteira total</b>
R\$ 1.374.337,63	4,25%

Operações ativas e passivas – saldo em 2017:

Operações Ativas – Saldo em 31/12/2017			
Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Empréstimo	370.628,09	817,56	0,35%
Operações Passivas – Saldo em 31/12/2017			
Natureza dos Depósitos	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %	
Aplicações Financeiras	1,77%	95%	

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Cheque Especial		
Limite até R\$ 20.000,00	2,9%	2,9%
Empréstimos - Consignados		
Limite até 10% do PLA	1,60% a 2,70%	1,60% a 2,70%
Empréstimos – Boletos, Cheques e Caixa		
Limite até 10% do PLA	1,77% a 2,70%	1,77% a 2,70%
Aplicação Financeira (RDC)	95% CDI	95% CDI

No exercício de 2017 os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e cédulas de presença apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2017 (R\$)	
Honorários	1.652.231,10
Cédulas de Presença	74.400,00

## 21. COOPERATIVA CENTRAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – SICOOB COOPSEF, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

notas explicativas • segue ▶

O SICOOB COOPSEF responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE:

Em reais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 04)	79.429.604,48	69.493.918,50
Ativo Permanente - Investimentos (nota 08)	6.582.635,06	6.431.367,47

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30/06/2017, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 18/08/2017, com opinião sem modificação.

## 22. GERENCIAMENTO DE RISCO

### 22.1. RISCO OPERACIONAL

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência deste, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

- A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.
- As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.
- Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.
- A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).
- Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob ([www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br)) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

### 22.2. RISCO DE MERCADO E DE LIQUIDEZ

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB COOPSEF objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB COOPSEF aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB COOPSEF possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### 22.3. RISCOS DE CRÉDITO

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 22.4. GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, SICOOB aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

## 23. SEGUROS CONTRATADOS - NÃO AUDITADOS

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

## 24. ÍNDICE DE BASILEIA

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos em 31 de dezembro de 2017.

## 25. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Em reais

Descrição	31/12/2017		31/12/2016	
	Provisão para contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
COFINS	3.793.510,91	3.793.510,91	3.659.758,08	3.659.758,08
<b>TOTAL</b>	<b>3.793.510,91</b>	<b>3.793.510,91</b>	<b>3.659.758,08</b>	<b>3.659.758,08</b>

COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS. Consequentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

## 26. OUTROS ASSUNTOS

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº. 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº. 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada, no Sicoob Confederação, a Assessoria de Gestão de Riscos – AGIR, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº. 4.557/2017, de modo a atendê-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

Belo Horizonte, 18 de Janeiro de 2018.

Antônio de Ávila e Silva  
Diretor Presidente

Álvaro César Cunha  
Diretor Administrativo

Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Diretor Financeiro

Astor César de Souza Almeida  
CRC-MG 074.613/O-6

# Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SICOOB COOPSEF**

Belo Horizonte - MG

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – SICOOB COOPSEF, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais – SICOOB COOPSEF em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não

tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 24 de janeiro de 2018.



Elisângela de Cássia Lara  
Contador – CRC MG 086574/O  
CNAI 3.570



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda. – SICOOB COOPSEF, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e para os fins previstos no artigo 51 do Estatuto Social, declara que os documentos analisados refletem, em seus aspectos relevantes, a situação financeira e patrimonial da entidade em 31(trinta e um) de Dezembro de 2017 (dois mil e dezessete). As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2017 (dois mil e dezessete) foram examinadas também pelos auditores da Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa - CNAC. Belo Horizonte, aos 24(vinte e quatro) dias do mês de janeiro do ano de 2018(dois mil e dezoito). Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se em ata que vai assinada pelos presentes.

**Mauro Ernani Nascimento**  
Coordenador

**José Onésio Leite**  
Fiscal

**José Luiz de Oliveira Ceolin**  
Fiscal

SICOOB COOPSEF - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE MINAS GERAIS E ÓRGÃOS OFICIAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS LTDA  
Av. Brasil, 1660 - Funcionários - 30.140-003 - Belo Horizonte - MG.

Tel.: (31) 3269 5700 - Fax: (31) 3269 5724 - [www.sicoobcoopsef.com.br](http://www.sicoobcoopsef.com.br) - [sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br](mailto:sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br)



## Atendimento NA CAMG

O Espaço de Convivência da SEF/MG, localizado no 6º andar do Edifício Gerais, na Cidade Administrativa (CAMG), tem recebido um grande fluxo de associados do Sicoob Coopsef. Ali, além do espaço de apoio, com acesso a estação de trabalho, impressora, televisor e outros serviços, contam com o atendimento da Mayzza e informações sobre produtos e serviços da Cooperativa. Os cooperados continuam contando também com Ivair Ferreira, que pode ser contatado nos telefones 3915.8103 e 99654.1199. Você está em casa.



# ANTECIPAR A RESTITUIÇÃO DO IR E O 13º É BOA OPÇÃO

O parcelamento em quatro vezes do 13º salário de 2017 do funcionalismo público estadual levou os associados do Sicoob Coopsef a renegociarem suas dívidas nesta modalidade de antecipação de recursos na Cooperativa. Alguns parcelaram, outros fizeram nova antecipação e quitaram o empréstimo do ano anterior. Todos recebem a devida orientação e decidem pela melhor opção para resolver seu caso, reconhecendo que na sua Cooperativa eles encontram a menor taxa de juro.

Para antecipar o 13º salário no Sicoob Coopsef, o associado precisa preencher a proposta de empréstimo, os Anexos I e II, apresentar cópia de contracheque, cheque pós-datado do banco onde será creditado o pagamento e comprovante de residência, recente. Como todo empréstimo, a liberação dependerá da análise de crédito.

## IMPOSTO DE RENDA ANTECIPADO

No caso do Imposto de Renda, muitos cooperados preferem preparar com antecedência sua declaração para saber se terão ou não IR a receber. Apurando direito à restituição e se quiserem recebê-la antecipada, relativa ao exercício 2018, podem se dirigir à sede do Sicoob Coopsef ou às representações regionais e solicitar um empréstimo no valor correspondente e que será quitado em parcela única, na data em que a Receita Federal fizer o crédito.

Ocorrendo eventual diferença a favor do associado, o valor apurado será creditado em sua conta corrente. Se eventualmente o associado cair na "malha fina" da Receita Federal, ele deverá procurar a Cooperativa para providenciar a renegociação de seu débito de forma a se manter em dia com seu compromisso perante o Sicoob Coopsef, o que vai lhe garantir, inclusive, o retorno das Sobras.

## SICOOB COOPSEF

Informativo da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários da Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Órgãos Oficiais do Estado de Minas Gerais Ltda - SICOOB COOPSEF

Av. Brasil, 1660

PABX: (31) 3269.5700

Fax: (31) 3269.5724

www.sicoobcoopsef.com.br

sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br

Ouvidoria Sicoob Coopsef  
Reclamações, elogios e sugestões  
**0800 283 4086**

### Conselho de Administração Efetivo

Antônio de Ávila e Silva  
Álvaro César Cunha  
Carlos Eugênio Souto Maior Filizola  
Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
Celmar Silveira  
Geber Soares de Oliveira  
Geraldo Magela Cotta  
Rita da Penha Ventorim Glória Leal

### Diretoria Executiva

Antônio de Ávila e Silva  
(diretor presidente)  
Álvaro César Cunha  
(diretor administrativo)  
Célio Marcos Pontes de Albuquerque  
(diretor financeiro)

### Conselho Fiscal Efetivo

Adriana Ackls Codo Santos  
José Onézio Leite  
Mauro Ernani Nascimento

### Suplentes

João Feliciano Nunes  
José Luiz Martins de Oliveira  
Oscar Dias da Silva

### Superintendente Geral

José Francisco Coelho

### Jornalista Responsável

Álvaro César Cunha - MG02183JP

Diagramação, composição e arte:  
Rosane Mandacaru (31) 98784.9487

Tiragem  
6.200 exemplares

Circulação  
Distribuição Gratuita

## Sicoob ALERTA

*É preciso estar sempre atento. Os golpes se renovam e se multiplicam. Por isso, o Sicoob avisa que não solicita telefone, códigos pessoais, senhas e liberações de computadores. Se receber alguma ligação suspeita, fale com um dos canais de atendimento do Sicoob e denuncie: SAC 0800 642 0000. Ouvidoria 0800 725 00996. Deficientes auditivos ou de fala 0800 940 0458.*

# Quanto mais negócios você realizar com o Sicoob Coopsef, maior será sua participação no recebimento das Sobras.

## CONHEÇA E USE SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS

- Empréstimos/Financiamentos/Outros
  - Troca de Cheques
  - Conta Corrente
  - Cheque Especial
- Home Banking (Autoatendimento)
  - Banco 24 Horas
- Aplicações Financeiras
  - Poupança Sicoob

## E MAIS...

- Adiantamento de 13º salário
- Antecipação de Imposto de Renda
- Compra de Crédito
- Empréstimo Especial
- Financiamento de Imóveis
- Financiamento de Veículos

### COOPERADO ATIVO TEM MAIS BENEFÍCIOS

*Na condição de cliente e dono, o cooperado precisa saber que:*

Quem acredita no

**SICOOB**COOPSEF  
ganha sempre.

**Cooperativa** - É uma sociedade de pessoas que, solidariamente, desempenham uma atividade econômica, sem objetivo de lucro.

**Cooperado** - É o profissional que ingressou na cooperativa e também é conhecido por associado ou sócio. O cooperado não é funcionário nem empregado. Ele é o dono.

**Estatuto Social** - Aprovada por seus associados, o Estatuto Social é a lei maior da cooperativa, regendo e comandando todo o funcionamento da instituição. Em Assembleia Geral, por decisão de seus associados, esse estatuto pode ser modificado, como foi feito recentemente no Sicoob Coopsef.

**Direitos e Deveres** - De forma igualitária, os cooperados têm os

mesmos direitos e as mesmas responsabilidades, a começar pelo voto. Um cooperado, um voto, independentemente de seu tempo ou de sua situação financeira na cooperativa.

**Administração/Diretoria** - Os administradores são os próprios associados da cooperativa, eleitos em Assembleia Geral para coordenar a gestão da instituição, cumprindo preceitos legais e normas do Banco Central do Brasil.

**Assembleia Geral** - Órgão máximo da cooperativa, tem o poder, dentro dos limites legais, de aprovar ou desaprovar ações e comandar o processo de gestão, definindo os rumos da cooperativa. Participar de Assembleia Geral é dever dos cooperados.



Remetente:  
SICOOB COOPSEF - Av. Brasil, 1660 • Funcionários  
30140-003 • Belo Horizonte • MG  
Tel: (31) 3269.5700 • Fax: (31) 3269.5724  
[www.sicoobcoopsef.com.br](http://www.sicoobcoopsef.com.br) • [sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br](mailto:sicoobcoopsef@sicoobcoopsef.com.br)

**Impresso Especial**

CONT. Nº 9912211389  
ECT/DR/MG  
Coopsef

---CORREIOS---



IMPRESSO FECHADO  
PODE SER ABERTO PELA ECT